

# As encomendas das estatais

por José Casado

As previsões do Ministério da Indústria e do Comércio indicam que a indústria brasileira de bens de capital não deverá apresentar, neste ano, uma taxa global de crescimento da produção em nível semelhante à verificada no ano passado, que foi de 16%. Existem, contudo, dois segmentos dessa indústria que já têm garantido um nível de demanda bastante razoável, por parte das empresas estatais: os setores de equipamentos elétricos e de construção naval.

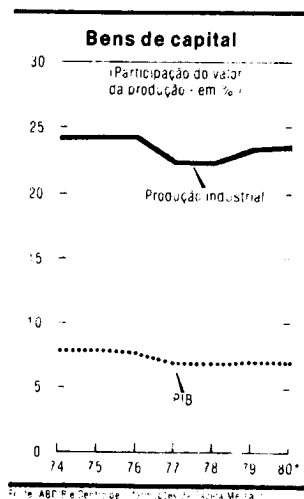
A definição da demanda das empresas estatais para este ano, em função das prioridades governamentais e de seus orçamentos, indica claramente que — à exceção das indústrias de equipamentos elétricos e de construção naval — os fabricantes de bens de capital não contarão com novos projetos. E mais: tanto o governo federal quanto os próprios empresários se mostram convencidos de que, a médio prazo, a exportação será a única saída viável para a manutenção de um ritmo equilibrado de atividades na indústria mecânica brasileira.

O parque industrial instalado no País está dimensionado para produzir bens de valor global equivalente a US\$ 6 bilhões/ano, segundo informa a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB). No entanto, o volume de pedidos em carteira, nos últimos cinco anos, tem permitido somente a utilização de 60% dessa capacidade.

Na falta de melhores perspectivas para o mercado interno, e com crescentes índices de ociosidade, a indústria brasileira de bens de capital está partindo para uma negociação com o governo federal que pode resultar na abertura de possibilidades muito razoáveis de negócios no mercado internacional.

A proposta levada pela ABDIB, em dezembro passado, à Secretaria do Planejamento da Presidência da República consiste na realização de um amplo programa setorial de exportações, com base num decidido apoio governamental. No planejamento setorial, os empresários identificam a necessidade de um financiamento da ordem de US\$ 1 bilhão no período de um ano, "a taxas competitivas".

Tal financiamento equi-



valeria à comercialização de 17% da produção global. Nos cálculos da ABDIB apresentados ao governo um esforço exportador dessa ordem de grandeza resultaria no emprego imediato de 60 mil pessoas e em encomendas para subfornecedores de cerca de US\$ 200 milhões.

De acordo com Waldir Gianetti, presidente da ABDIB, a viabilização desse programa de exportação, "que é a única saída", requer a adoção das seguintes medidas, em caráter permanente ou de longo prazo: financiamento ao comprador com prazos e taxas competitivas; financiamento à produção; seguro de risco cambial/inflação interna; e taxas de seguros a níveis internacionais.

As anotações de Gianetti referentes à sua mais recente reunião com Antônio Delfim Netto, ministro do Planejamento, em fins do ano passado, para discussão do problema, indicam que o governo federal está, realmente, sensibilizado em relação às perspectivas de dificuldades que a indústria enfrenta ao tentar fazer o planejamento de suas operações no mercado interno, a médio prazo.

Entretanto, o País "não tem condições de suportar exportações a juros subsidiados e o apoio que o governo poderá dar será na forma de um fundo para financiamento à produção de bens de capital à exportação", conforme disse Delfim Netto a Gianetti.

Em princípio, esse fundo seria dotado de US\$ 500 milhões levantados no exterior. O governo pretende complementá-lo com mais US\$ 150 milhões. Os recursos externos ("suppliers credits") viriam na forma de matérias-primas, sem si-

milar no País, que seriam processadas pelo setor industrial e exportadas.

Quanto ao financiamento a compradores de bens de capital, o governo acredita que não haveria maiores problemas no mercado internacional, ficando a cargo do próprio setor e dos compradores a obtenção desses financiamentos nos mecanismos de crédito existentes. Esta é, pelo menos, a visão transmitida a ABDIB pela Seplan.

As negociações com o governo ainda não tomaram uma forma definitiva. Mas são da maior relevância, pois determinarão as oportunidades de negócios neste setor pelos próximos cinco anos. E, mesmo que nos próximos dois meses se chegue a uma solução em torno da viabilização de um programa de exportações de bens de capital, ficará pendente o problema maior — o do mercado interno, no qual o Estado é responsável por 60% das encomendas.

No âmbito interno, empresários e governo debatem, neste momento, duas questões cruciais: políticas de pagamento e de compra mínimas. Com os cortes de orçamentos determinados pelo governo, as empresas estatais passaram a prolongar extraordinariamente as épocas previstas para os pagamentos das entregas, feitas dentro dos prazos determinados em contrato, sem que os preços sofram qualquer reajuste.

Levantamentos realizados pela ABDIB demonstram que as consequências dos atrasos de pagamentos e da falta de reajustes nos preços, no contexto de uma economia operando a taxa média de inflação de 7% ao mês, são os excessivos acréscimos no capital de giro necessários das empresas — e a sua descapitalização.

"O ônus financeiro para os produtores nas operações com o Estado", diz a ABDIB em seu mais recente estudo sobre o problema, "está sendo extraordinariamente elevado." E acrescenta: "Na verdade, o custo da inflação está sendo pago apenas pela indústria de bens de capital, sem contar que as empresas governamentais, à custa dos mesmos mecanismos de inflação e falta de reajuste, acabam por ter ganhos que nos parecem ilegítimos numa conjuntura econômica difícil, em que todo o País é atingido".